
O TERRITÓRIO DA SOCIEDADE CIVIL BURGUESA BRASILEIRA

THE TERRITORY OF THE BRAZILIAN BOURGEOIS CIVIL SOCIETY

Zeno Soares Crocetti¹

“O objeto de estudo científico jamais é a totalidade de todos os fenômenos observáveis num dado momento e num dado lugar, mas sempre e somente alguns de seus aspectos abstratos.”
(Kosik: 1976, p.40)

RESUMO: Analisamos aqui o novo tempo do Brasil pós-golpe político-institucional, suas crises (política, social, econômica, ética, ambiental e cultural) e o desmanche dos avanços políticos, sociais, econômicos, culturais, no Brasil, com forte reflexo na América do Sul. Essa conjuntura da crise política é uma tentativa de reinstalar o neoliberalismo de monopólio, sua crise dinamiza o desmanche do Estado democrático na América Latina, e o subordina ao Imperialismo, como sistema político mundial, ou seja, é uma tentativa de se legitimar como neoimperialismo, que se alimenta na conquista de territórios. É um ataque velado e radical contra os mecanismos de controle do Estado, impostos pelo Mercado, ou seja, pelo Império Estadunidense, que prega liberdade total de comércio, sem limitações. Essas políticas já foram denunciadas como uma ameaça letal à liberdade econômica, social e política.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Imperialismo. Contrarrevolução. Gestão do espaço e território.

ABSTRACT: We analyze the new moment of Brazil in the post-political-institutional coup, its crises (political, social, economic, ethical, environmental and cultural), and the dismantling of political, social, economic and cultural advances in Brazil, with a strong South. This conjuncture of the political crisis is an attempt to reinstall monopoly neoliberalism, its crisis dynamizes the dismantling of the democratic state in Latin America, and subordinates its to

¹ Universidade Federal da Integração Latino Americana/UNILA - Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território - Curso de Geografia/Foz do Iguaçu/Paraná/Brasil. E-mail: geocrocetti@gmail.com

Artigo recebido em setembro de 2017 e aceito para publicação em abril de 2018.

Imperialism, as a world political system, that is, it is an attempt to legitimize itself as neo-imperialism, which feeds on the conquest of territories. It is a veiled and radical attack against the mechanisms of control of the State, imposed by the Market, that is, by the American Empire, that preaches total freedom of commerce, without limitations. These policies have already been denounced as a lethal threat to economic, social and political freedom.

Key words: Neoliberalism. Imperialism. Counterrevolution. Space and territory management.

1 GÊNESE

Desde muito cedo, o imperialismo estadunidense desenvolveu uma estratégia, uma ideologia da dominação em todo o continente americano.

A tática utilizada foi o controle total da mídia de massa, usando a mídia de aluguel sob sua orientação, para vincular uma retórica da obviedade, ou seja, o imperialismo gera, produz cotidianamente um conjunto de informações para construir uma narrativa que satisfaça as expectativas das massas. Criaram um mecanismo permanente de políticas de controle total da produção das informações, notícias manipuladas conforme seus interesses para serem vinculadas como verdade absoluta nos países latino-americanos. Estabeleceu-se uma rede de geração e controle total da produção das informações e vinculação delas. A única exceção são as mídias alternativas, principalmente na rede mundial de computadores, a mídia virtual.

Para esse projeto dar certo, ajudaram a construir empresas de comunicações e monopólios de mídia locais, associado a testas de ferro subservientes, associando-se as oligarquias aristocratas locais submetidos a sua supervisão e controle.

O território, nesse sentido, passa a ser estruturado a partir de uma nova organização, articulado globalmente. Depara-se, dessa maneira, com a formação de novas territorialidades, diante às novas dinâmicas da sociedade, de competições entre regiões e a tendência de desregulação do território como identidade. Para Robert Reich em seu livro de 1991, a mundialização é uma modalidade de funcionamento do capitalismo na qual “*os ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobres*” (Passagem confusa. Não cita o nome do livro e não há nas referências nenhuma alusão ao autor mencionado). Mecanismos de integração seletiva, que deixam alguns países mais atrativos do ponto de vista da valorização do capital e aqueles que não o são. Mas os países não são entidades homogêneas. Todos eles estão divididos em classes sociais de interesses econômicos diferentes e com frequência antagônica.

Nessa perspectiva, o processo que se convencionou chamar de globalização, ao contrário de resultar na eliminação do território como consequência da fragmentação e fragilização do trabalho, condicionou a produção de um novo complexo geopolítico de território. Encontramos no território hoje, novos recortes, que são resultados da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, as horizontalidades e verticalidades (Santos, 1994). As horizontalidades são os domínios da contiguidade, desses lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por diversas formas e processos sociais.

A globalização é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, nas análises dos intérpretes mais críticos, seria o capitalismo monopolista, estágio superior

do capitalismo financeiro. Para entender esse processo, há dois elementos fundamentais a se levar em conta na análise de Milton Santos: o estado das técnicas e o estado da política. As técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso.

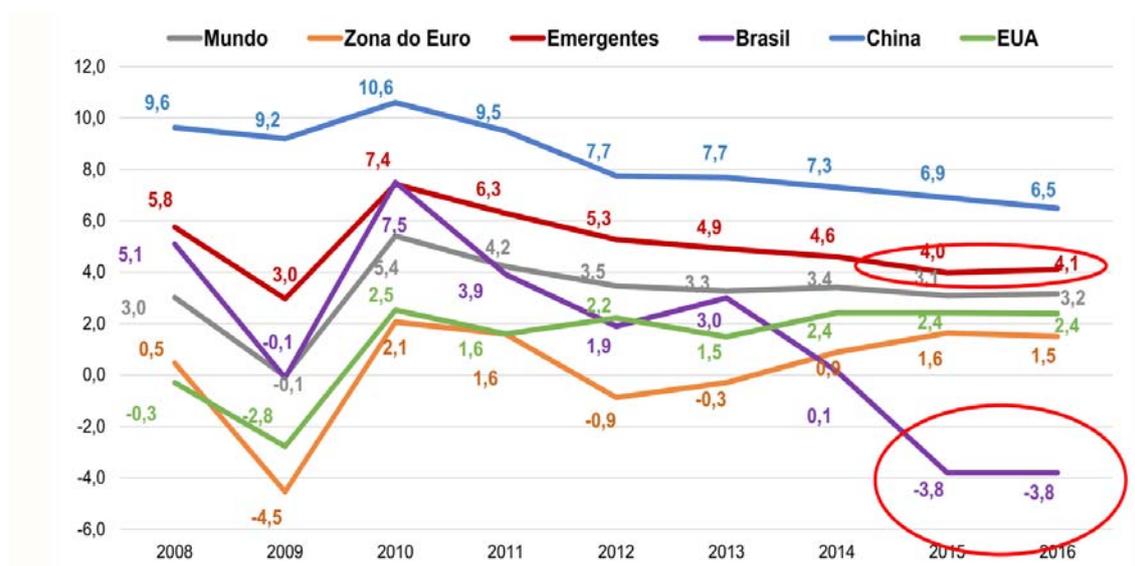
As mobilizações políticas e sociais contra o neoliberalismo têm a gênese na articulação do movimento antiglobalização. Teve o seu início em 1996, em Chiapas (México), durante o Primeiro Encontro Internacional pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, organizado pelos zapatistas. Em 1997, a *Global Trade Watch* empreendeu uma campanha nos Estados Unidos contra a Organização para Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e na Europa foi realizada a Marcha Europeia contra o Desemprego, com o apoio de sindicatos e organizações de direitos humanos. Em maio de 1998, ocorreram às primeiras mobilizações antiglobalização na Europa, em Genebra, convocadas pela Ação Mundial dos Povos, durante a Segunda Conferência Ministerial da OMC contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) e a ALCA. Nesse período se fortaleceram os protestos antiglobalização.

As manifestações contra o encontro da OMC em Seattle, também conhecidas como batalha de Seattle ou N-30, foram manifestações ocorridas em 30 de novembro de 1999 contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em que cerca de 100 mil pessoas — entre as quais ecologistas, anarquistas, trabalhadores sindicalizados, estudantes, pacifistas e humanistas — mobilizaram-se por vários dias. E declararam não terem tido auxílio de qualquer esfera partidária de representação, nas ruas de Seattle até a queda da chamada “Rodada do Milênio”.

Em dezembro de 2000, o protesto se deslocou para Nice, na França, na conferência de cúpula da União Europeia. Ainda em 2000, o movimento teve uma primeira vitória: anunciou-se um esquema para o perdão da dívida de 23 países paupérrimos, denominados como HIPC’s – Países Pobres Altamente Endividados. O ano de 2001 demarca um novo ciclo no movimento antiglobalização. O movimento ganhou força política. No mês de janeiro ocorreu o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Planejado para contrapor-se ao fórum de Davos. O FSM priorizou o social e não o econômico. O debate extraoficial ocorrido entre George Soros e representantes do FSM deu visibilidade internacional aos que protestavam e propunham que “Um outro mundo é possível”. E esse processo de contestação se estendeu aos Estados Unidos e, no fim de 2011, com os movimentos *Occupy Wall Street* (OWS) e seus desmembramentos em escala mundial, passando pela fracassada Primavera Árabe e vem seguindo forte e fortalecido pelo Fórum Social Mundial.

2 A RESISTÊNCIA, A DESCONEXÃO DO CENTRO DO CAPITALISMO (2001/2013)

Nossa América Latina foi considerada a maior alternativa de resistência ao modelo capitalista neoliberal que se disseminou pelo planeta da década de 2000. Mesmo com influência internacional imperialista contra a conjuntura local, ela resistiu ao ataque por mais de uma década, na busca de um modelo próprio de desenvolvimento e integração regional. Isso foi importante, mas essa desconexão do subcontinente ao capitalismo predatório mundial chegou ao fim em 2013, e o modelo não pode ser aperfeiçoado, e começou a contrarrevolução brutal para reestabelecer a total subordinação territorial e dependência ao imperialismo.

Gráfico 1. Mundo e regiões selecionadas: variação real do PIB, em % - 2008 a 2016

Fonte: Brasil: IBGE (2008 a 2015) e estimativa WEO/IMF (2016); demais áreas: World Economic Outlook/IMF, abril de 2016. Elaboração Ceplan. Nota: Os dados do WEO/IMF são observados de 2008 a 2015. Para os outros anos, os dados são estimados.

Podemos observar no gráfico 1, como o território brasileiro passa a ser estruturado a partir de uma nova organização, articulado globalmente, criando um caos econômico, social e político. Essas novas dinâmicas, aliadas ao desmanche das políticas públicas, impulsionaram o caos, gestando uma catástrofe social, destruição da indústria brasileira, desregulamentação do trabalho e desemprego brutal.

O modelo começou a ser costurado em reuniões estratégicas patrocinadas pelo Banco Mundial, Washington, entre 2008/2012, onde técnicos e estrategistas debatiam a melhor maneira de desgastar os governos progressistas da América, para jogar o povo (sociedade) contra o modelo de governo vigente mais nacionalista, chegando a propor inclusive atentados (assassinatos) a quadros nacionalistas, planos de estabilização fictícios ou aprovar políticas públicas catastróficas (aqui no Brasil o então deputado federal Eduardo Cunha, chamou de pautas-bombas) que levassem ao esgarçamento do tecido social, com o aumento da inflação, crise econômica, desemprego, baderna social etc.

Onde qualquer intervenção, política, (golpe parlamentar), social ou econômica, por mais drástica que fosse, tivesse apoio popular, onde a massa manipulada tivesse a sensação de ter a alma lavada e de exercer seu dever de patriota, onde todos pudessem ser convencidos, acreditassem que essa ação era o melhor para o País, é claro que com o apoio da mídia de massa, das oligarquias e do judiciário, para legitimar as ações. Cria-se, assim, um clima de caos social, de falta de credibilidade, de perda de controle social, segundo a fala de um economista de plantão presente numa dessas reuniões; citado por, Perry Andersen;

“Esperamos que os diques se rompam, precisamos de um clima de caos social aqui, para condicionar o povo a aceitar nosso modelo neoliberal, nossa medicina curativa, nosso modelo de ‘Estado Mínimo’, uma intervenção drástica é que falta neste país”

O destino da América Latina, de alguma maneira, foi e está sendo jogado no Brasil, segundo a análise de importantes intelectuais latinos americanos, o fim o mundo “bipolar” da Guerra Fria, nos anos 1990, significou uma pseudo-vitória do campo capitalista neoliberal e provocou regressões nas ações e no discurso no campo da esquerda. Hoje esse processo tenta ser retomado, com os golpes via judiciário (Honduras, Paraguai e Brasil). Ocorre uma ofensiva brutal da classe dominante, que se aproveita para tentar enfraquecer os movimentos de trabalhadores, eliminar ou reduzir os direitos trabalhistas, ampliar seus lucros com novas formas de exploração ou com a privatização de empresas estatais etc.

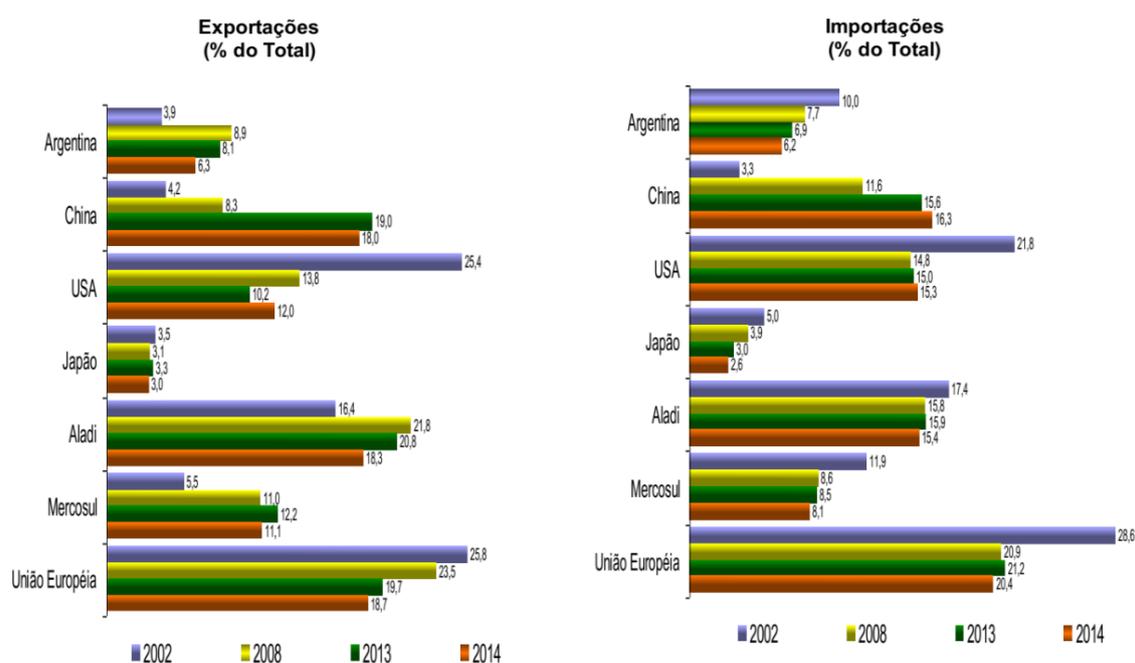
3 QUAL A NATUREZA DA CRISE BRASILEIRA?

Essa questão está na mente de todas as pessoas, agora porque a situação geral está chegando a um limite de difícil diagnóstico embora se saiba que, no conjunto, a sociedade quer avançar, mas sem abrir mão das conquistas adquiridas que se apoiam no direito e na justiça.

Os problemas são conhecidos, as soluções também. Por que então marcamos passo a mais de um ano? A crise do modelo neoliberal está se tornando, principalmente, uma crise de confiança, uma desconfiança que quebra a sociabilidade a ponto de se desconfiar do próximo sem razões objetivas. Estimulando o ódio entre as pessoas. O próprio jeito brasileiro de fazer e de pensar está mudando. O que significa isso? Parece que algo, ao nível da cultura, está se alterando.

Ora, o problema cultural envolve a crença em valores que, se destruídos, provocam situações de sensação de ausência de leis, de normas ou de regras de organização e, com essas, desesperança em si mesmo. Uma sociedade é formada de indivíduos que se relacionam em função de certos padrões civilizatórios aceitos por todos. A Constituição deve conter as diretrizes gerais que, num processo democrático, norteiam as atividades, as aspirações, às crenças, os hábitos e até os sonhos, individuais ou coletivos.

Gráfico 2. Principais mudanças na estrutura do comércio exterior brasileiro por países e blocos econômicos



Fonte: Elaboração do Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, com base nos dados do MDIC

No gráfico 2, é possível entender parte da política econômica brasileira no período; saímos de uma dependência histórica do centro do capitalismo (Tríade Japão, EUA e União Europeia), para uma integração com a América Latina. Em 2002, exportações para Tríade 54,7%, e importações 55,4%. Para América Latina exportações de 25,8%, e importações 39,3%.

Já em 2013, fim do ciclo, exportações para Tríade 33,%, e importações 39,2%. Para América Latina exportações de 41,1%, e importações 31,3%.

Também foram estreitadas as relações com a China. Essas mudanças podem ter sido o motivo do centro do capitalismo destruir os avanços conquistados nesse período na América Latina. Vamos qualificar com um diagnóstico sintético das políticas externas do governo Lula.

Como foi conduzida a política externa no governo Lula, a política externa foi levada adiante de forma “ativa e altiva”. A autoestima substituiu o inexplicável complexo de inferioridade, o complexo de vira-latas que, afora alguns momentos excepcionais, marcou historicamente a atuação diplomática brasileira.

No governo Lula, o Brasil rejeitou acordos comerciais desvantajosos que queriam nos impor; trabalhou intensamente pela integração sul-americana; fortaleceu as relações com os demais países da América Latina e Caribe; intensificou laços de amizade com a África e os países árabes e rompeu novos horizontes na formação de fóruns e blocos com as grandes nações emergentes.

Sem hostilizar os parceiros do mundo desenvolvido (ao contrário, foi criada uma “parceria estratégica” com a União Europeia e um “diálogo global” com os Estados Unidos), articularam-se parcerias em favor de um mundo mais multipolar, no qual os interesses do Brasil e dos países em desenvolvimento como um todo pudessem ser afirmados e respeitados.

Durante as duas gestões do governo Lula, o Brasil liderou a criação de uma organização política sul-americana a UNASUL (União de Nações Sul-americanas) que é um bloco que reúne os doze países da América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. E esteve à frente da iniciativa da CELAC – Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos.

Pela primeira vez em quase duzentos anos de vida independente foi possível criar órgãos que representassem o conjunto da América do Sul, e da América Latina e Caribe, sem qualquer tipo de tutela externa.

Teve fundamental importância, o fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) não somente abriu novos caminhos para a cooperação sul-sul como esteve na raiz da criação do BRICS, que se constituiu em importante fator de equilíbrio na ordem econômica internacional, até então dominada pelo G7.

4 A NATUREZA DAS CRISES ESTRUTURAIS DO CAPITALISMO

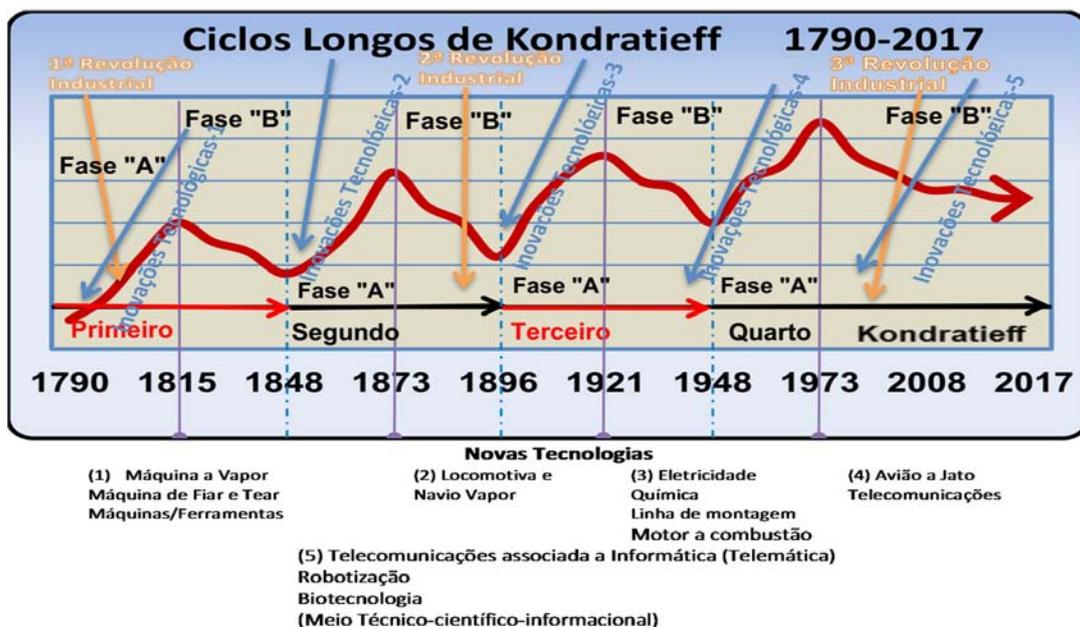
Realmente, é através das crises que o valor do capital constante é recuperado, não ao “tempo de trabalho que ele custou inicialmente”, mas com “o tempo de trabalho com o qual ele possa ser reproduzido”. Crises econômicas podem ser precipitadas por uma variedade de fatores. Por exemplo, uma crise pode surgir devido a um súbito aumento no preço de algumas matérias-primas importantes – como a que ocorreu com o aumento do preço do petróleo em 1973-74 e 78-79. Frequentemente crises começam a partir de algum transtorno do sistema financeiro – por exemplo, a falência de um grande banco ou uma grande empresa, ou um *crash* na bolsa de valores. Uma parte significativa do volume 3 de *O Capital*, é dedicada à explicação de como o desenvolvimento do sistema de crédito é responsável por injetar, mais e mais dinheiro no sistema, foi criado pelos próprios bancos, para cumprir um papel vital, tanto para impedir como para causar crises. Todavia, as causas são muitas vezes subjacentes às crises, e tem sempre uma tendência à queda da taxa de lucro, e as contra-tendências que ela traz, leva um aumento da taxa de lucro por outro lado.

Assim, as crises são períodos em que o sistema capitalista é reorganizado e reformulado para restaurar a taxa de lucro a um nível no qual ocorrerão investimentos. Nem todos os capitalistas se beneficiam igualmente deste processo. As empresas mais frágeis e menos eficientes e com uma tecnologia muito ultrapassada poderão ser levadas à falência. Os capitalistas mais fortes e mais eficientes sobreviverão, e emergirão da recessão mais forte. Eles são capazes de comprar terras, imóveis e instrumentos de produção a melhores preços, e a forçar modificações trabalhistas no processo de trabalho que aumentarão a taxa de mais-valia.

As crises, portanto, contribuem para o processo que Marx denominou centralização e concentração de capital. Para Marx a concentração ocorre quando capitais crescem em tamanho através da acumulação de mais-valia. A centralização, por outro lado, é resultado da absorção de capitais menores por capitais maiores. O próprio processo de concorrência favorece essa tendência, porque as empresas mais eficientes são capazes de ultrapassar os seus concorrentes e depois tomá-los. Mas as recessões econômicas aceleram o processo possibilitando aos capitais sobreviventes comprarem meios de produção baratos. Um aumento constante no tamanho de capitais individuais, portanto é uma parte inevitável do processo de acumulação “é o curso de vida característico da indústria moderna”, segundo Marx, toma a forma de um ciclo, “interrompido por oscilações menores, de vitalidade média, produção a todo vapor, crise e estagnação” (*Capital volume 1, p. 192*). A alternância de crescimento e recessão é uma característica essencial da economia capitalista. Como afirmou Trotsky, “o capitalismo vive de crises e boom, assim como os seres humanos vivem de inspiração e expiração (...) As crises e boom são inerentes ao capitalismo desde o seu nascimento e o acompanharão até o seu túmulo.”

A análise da maneira como as crises surgem no interior do processo de acumulação de capital, a qual Marx desenvolve em *O Capital*, é conduzida a um nível de abstração bastante elevado. Ela precisa ser elaborada a partir de uma abordagem de Rangel, Mamigonian e Kondratieff, com o desenvolvimento posterior do sistema, a centralização e a concentração de capital torna mais difícil para as crises cumprirem o seu papel de restaurar as condições de acumulação lucrativa. Todavia, *O Capital* nós fornece a base fundamental para qualquer tentativa de entender a economia capitalista.

Quadro sintético demonstração das Crises segundo os Ciclos longos de Kondratieff



Fonte: Mamigonian; 1987 p. 63-71 e Rangel; 1990 p. 33-35. Atualização e elaboração Crocetti, dados do FMI, BIRD e CEPAL em 2017.

O quadro sintético de análise das crises estruturais do capitalismo baseado na metodologia dos Ciclos Longos e na tipologia de Kondratieff e Schumpeter ilustram didaticamente os processos históricos da organização articulada do território globalmente, o uso privado dos recursos diante às novas dinâmicas da sociedade, estabelecendo competições entre regiões e a tendência de desregulação do território como identidade, estimulando a fragmentação e fragilização do trabalho, condicionando recortes, que são resultado desses novos processos globais de construção do espaço e do novo funcionamento do território, as horizontalidades e verticalidades programadas a distância pelo centro do sistema.

No Brasil, Rangel genialmente interpretou nossa histórica crise. A evolução da economia e da sociedade brasileira tem seguido uma linha impecável, que procurou definir em seus trabalhos sobre “Dualidade Básica da Economia Brasileira” — especialmente no livro com esse título, escrito por volta de 1953, não por certo, sem a colaboração de ilustres amigos do instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

A “Dualidade”, sem negar o papel da luta de classes em nossa sociedade, confere a essa luta um desdobramento diferente do que poderemos encontrar no Materialismo Histórico clássico, ligado aos nomes de Marx e Engels. Com efeito, em cada uma das etapas do desenvolvimento de nossa sociedade, esta é dirigida por uma coalizão, que associa em firme pacto de poder, duas classes; uma em posição hegemônica, e outra em posição subalterna.

Ora, na transição de uma “Dualidade” para outra, a classe governante subalterna, na anterior “Dualidade”, emerge como força hegemônica, enquanto a posição subalterna passa a ser ocupada por uma dissidência progressista da classe hegemônica do anterior pacto de poder.

Assim, ao se tornar o Brasil independente, a classe dos senhores de escravos — que fora a classe dirigente subalterna, sob a hegemonia do capital mercantil português — emergiria como a classe hegemônica nos quadros da “1ª Dualidade”, assumindo posição subalterna o nascente capital mercantil brasileiro, uma dissidência progressista do velho capital mercantil português.

Com a Abolição-República, emergiria como classe hegemônica, a única possível da “2ª Dualidade”, o capital mercantil brasileiro, já amadurecido para isso, ao passo que o lugar antes ocupado pelos senhores de escravos passaria a ser ocupado pelo latifúndio feudal, não mais como força hegemônica, mas como sócio menor do novo pacto de poder.

Com a Revolução de 30-37 — e conseqüente formação da “3ª Dualidade”, a posição hegemônica passaria ao latifúndio feudal — enquanto o nascente capitalismo industrial (uma dissidência progressista do velho capitalismo mercantil) emergiria como sócio menor do novo pacto de poder.

Com o advento do 4º Kondratieff, prepara-se, também, a implantação da “4ª Dualidade”. Mais uma vez devemos esperar mudanças no pacto fundamental de poder, mas isso não quer dizer que a reforma agrária, tal como a entendíamos nós, os revolucionários de 1935, nos quadros da anterior “Dualidade”, seja iminente, agora.

No comando do novo pacto de poder deverá surgir o sócio menor do pacto anterior, vale dizer, o capitalismo industrial, deslocando da hegemonia o latifúndio feudal. Entrementes, o novo sócio menor deverá, mais uma vez, ser uma dissidência do latifúndio feudal, isto é, o anterior sócio hegemônico, mas, com toda probabilidade — e a julgar pelos fatos já constatados — A frente dessa dissidência não deve aparecer à propriedade rural familiar, mas um latifúndio capitalista, do mesmo modo como o

latifúndio escravista foi, com a Abolição-República, substituído pelo latifúndio feudal. Devemos estar lembrados de que as forças mais conservadoras da sociedade – com a Igreja Católica à frente – no processo revolucionário dos anos 30, tomaram posição contra a reforma agrária, tal como a entendia nós, os revolucionários da época. Que estivéssemos equivocados – do mesmo modo como estavam os revolucionários soviéticos contemporâneos, quando entendiam a fase “b” do 3º Kondratieff, como sinônimo de uma Crise Geral do Capitalismo, sem retorno possível – não deve haver dúvida. Mas isso não quer dizer que a reforma agrária iminente seja identificável com a que não pudemos fazer com a ANL, nos anos 30. Urna reforma agrária está, por certo, em pauta, ou em marcha, mas, nem será como a que não pudemos fazer em 30, nem como a que nos propõem agora os bispos - inclusive o papa.

Um capitalismo agrícola – em substituição ao latifúndio feudal – será uma mudança profundamente revolucionária, fazendo-se sob a hegemonia do capitalismo industrial, já agora plenamente amadurecido.

RANGEL, Ignácio. As Crises Gerais.

De exceção em exceção, as máfias no poder fazem o que bem entendem, em um País que não se fez nação. As ofensas à lei e à razão multiplicam-se ao sabor dos interesses imediatos das quadrilhas, para nos transformar em um Estado medieval e insignificante, colônia exportadora de commodities e de terra vendida, na superfície e no subsolo, a preço de liquidação.

O Golpe de 2016 já alcançou todos os setores sociais e políticos descompromissados então com a democracia, os isentos ou alienados, que afirmavam pouco se importar e não verem diferenças entre Dilma e Temer:

Ambientalistas - Ampliação da destruição na Amazônia, revogação de reservas, áreas e leis ambientais.

Antropólogos e indigenistas - Denúncias de massacres e desmantelamento agudo da FUNAI.

Artistas - Retorno da censura, perseguição estética e obscurantismo generalizado. LGBT e Gênero - Perseguição aos gays, *queers*, pseudomoralismos e ataques à igualdade de gêneros.

Militares - Redução orçamentária e destruição da indústria nacional de ponta, militar e nuclear. Aumento da violência causada pela crise e desemprego patrocinados pela sabotagem dos golpistas, aumento do número de policiais mortos e piora da segurança pública.

Diplomatas - Destruição do poder nacional, perda de prestígio, submissão e vassalagem aos Estados Unidos e Ocidente, que inclusive rejeitaram o pedido vira-lata dos golpistas de ingresso na OCDE e desconstrução do BRICS, passando a RICS, o Brasil atual se torna um Estado cliente menor dos EUA e refém de apêndices como banqueiros internacionais, o FMI e o Banco Mundial.

Engenheiros - Destruição das empresas tecnológicas e de engenharia no país. Privatização selvagem de ativos.

Médicos - Ampliação da crise na saúde e cortes de orçamentos na saúde pública desmantelada para beneficiarem planos privados.

Professores e cientistas - Diminuição de investimentos, acentuados cortes na C&T, diminuição de bolsas, sucateamento de universidades, institutos e novas políticas para a escola média subordinada aos interesses imediatos do mercado e do capital predador.

Precarização do trabalho - Perda da CLT, ataques ao imposto sindical, à previdência e aposentadoria.

Interpretando a assim chamada Operação Lava-Jato nunca foi uma investigação. Cada “pista” é avaliada não pelo caminho que pode indicar. Na Lava-Jato a “pista” é avaliada pelo efeito que pode ter no verdadeiro tribunal de exceção em andamento – aquele da marcha televisiva. A Lava-Jato não é uma investigação, não é um processo legal. Como investigação e como processo legal ela é absolutamente ridícula. Não se sustenta. Mas como operação de marketing ela é orquestrada com cuidado.

Quadro 2. Saldo da Balança comercial de países selecionados (2000-2015)

(Em bilhões de dólares)

Ano	Argentina	Brasil	Bolívia	Chile	Colômbia	Ecuador	Paraguai	Perú	Uruguai	Venezuela	Saldo anual
2000	1.187	-3545	-600	703	1.501	1.206	-1.324	-387	-1.171	15.589	13.159
2001	6.223	-128	-423	843	-544	-685	-1.192	-303	-1.001	7.030	9.820
2002	16.660	10.763	-471	1.089	-827	-1.389	-721	230	-103	12.927	38.158
2003	15.732	22.378	-57	2.143	-1.221	-496	-623	572	8	14.734	53.170
2004	12.133	30.554	287	7.154	-522	-227	-1.026	2.446	-164	19.215	69.880
2005	11.662	40.901	396	8.532	-14	-187	-562	4.866	-457	31.689	96.826
2006	12.394	41.969	1.036	20.274	-1.771	614	-1.272	8.518	-817	31.962	112.907
2007	11.073	34.004	918	20.808	-2.906	428	-1.135	7.726	-1.110	23.883	93.689
2008	12.556	15.565	1.444	1.723	-2.043	-34	-2.626	1.066	-3.127	44.571	69.095
2009	16.886	19.318	415	12.657	-45	-1.227	-1.860	5.148	-1.502	16.063	65.853
2010	11.394	10.378	812	11.902	-773	-3.101	-3.528	5.773	-1.898	26.745	57.704
2011	9.732	19.076	431	6.743	2.682	-2.116	-4.603	8.629	-2.814	44.811	82.571
2012	12.008	9.180	2.676	-2.282	1.077	-1.712	-4272	4.866	-2.943	46.009	64.607
2013	1.521	-8.522	2.319	-2.772	-557	-2.298	-2.686	-809	-2.575	39.980	23.601
2014	3.106	-14.051	1.747	3.516	-9.234	-2.002	-2.533	-2.813	-2.352	31.544	6.928
2015	-3.035	12.336	-1.341	323	-18.367	-3.187	-1.930	-3.693	-1.814	3.700	-17.008
Total	151.232	240.176	9.589	93.356	-33.564	-16.413	-31.893	41.835	-23.840	410.452	840.930

Fonte: Elaboração com dados da OMC, 2017.

O quadro síntese do saldo da balança comercial ajuda a entender o golpe patrocinado pelo centro do capitalismo, período em que os governos populares conseguiram reverter o quadro de sangria, da bomba de sucção da mais valia absoluta da América Latina.

Com a prisão de Lula, a eleição de 2018, desde que se realize, não deixará de ser uma farsa trágica. Antes já era falácia, o êxito golpista nos devolve imperiosamente aos tempos de colônia e a verdadeira festa é a da dependência. Só cabe lamentar, diante de uma situação que não vislumbra qualquer gênero eficaz de resistência.

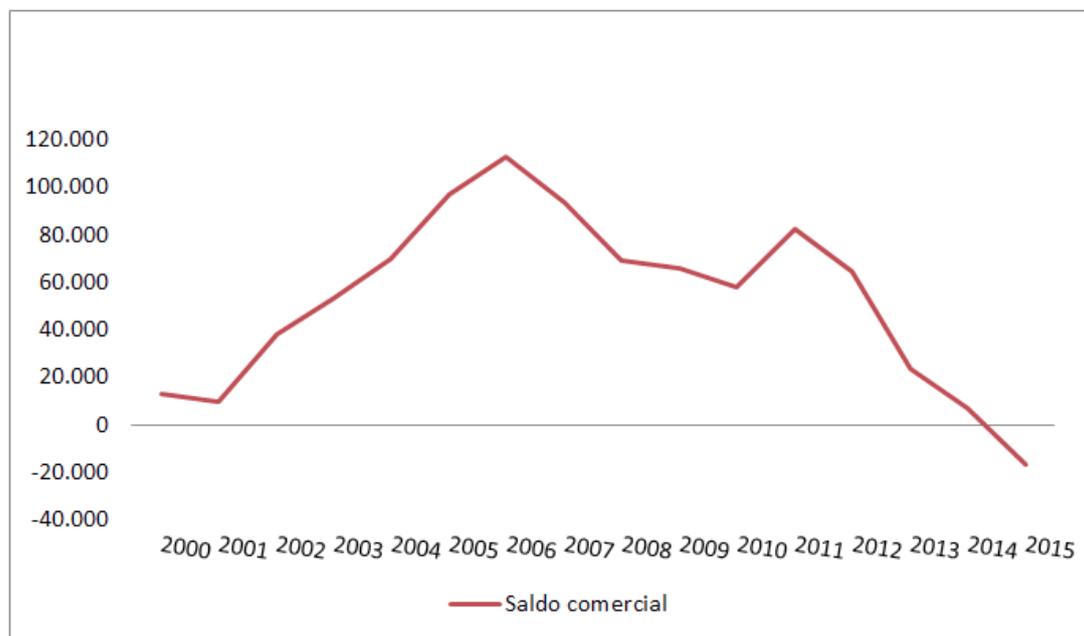
Temer botou à venda uma longa lista de empresas e ativos públicos à feição dos compradores externos. Alguns exemplos: Eletrobrás, Cemig, pré-sal, aeroportos e, por fim, entre outras coisas, um previsto retorno ao aconchego do FMI, como anotou recentemente a revista Forbes.

O presidente dos EUA, Woodrow Wilson (1913-1921), democrata e de viés progressista, fez a seguinte consideração política sobre as ações das empresas estadunidenses fora dos Estados Unidos. “O que esses Estados (os da América do Sul) estão procurando realizar é emancipar-se da subordinação (...), não tenho senão motivos para me congratular com a perspectiva de que consigam levar a efeito essa emancipação e considero meu dever ser o primeiro a tomar lugar entre os que os auxiliam a levá-la a termo”.

Mas tarde William Jennings Bryan, secretário de Estado de Wilson. Afirmou: “O capitalista estrangeiro foi muitas vezes um elemento perturbador na América Latina”.

O Brasil hoje anda de marcha à ré. Quando consegue dar um passo à frente, logo, por subordinação política e econômica dos governantes, dá três para trás.

Saldo da balança comercial da América Latina (2000-2015) (em bilhões de dólares)



Fonte: Elaboração com base nos dados da OMC, 2017.

5 A ESQUERDA ESQUIZOFRÊNICA

Durante quase duas décadas, críticos da chamada esquerda esclarecida, lamentaram o governo progressista de Lula/Dilma, como um espetáculo de entretenimento que “distráiam” trabalhadores da luta pelos seus interesses de classe. Segundo aqueles analistas, a “consciência de classe” era substituída pela consciência de “massa”. Argumentavam eles que indivíduos atomizados, manipulados por programas populistas, políticas públicas que só fortaleceram o consumo, foram convertidos em consumidores passivos que se identificavam com heróis milionários do esporte, da música sertaneja, do novo funk, com protagonistas de novelas e celebridades da internet.

O Brasil de 2013, segundo esses analistas nativos, inclusive muitos socialistas do centro do poder, vivia a refutação do mito da sociedade do espetáculo, que aliena as massas, negavam esta linha de análise cultural-política.

Pois afirmaram, que foi no Brasil que os maiores protestos na história contra realização da Copa do Mundo tiveram lugar. Ocorreram manifestações de massa com mais de um milhão de brasileiros. Juntasse a essas manifestações, a proliferação de greves; professores, polícia, trabalhadores da construção civil, servidores públicos *etc.* O mito dos espetáculos da mídia de massa hipnotizando as massas foi refutado associado ao consumismo – pelo menos no Brasil de 2013.

Para entender porque o espetáculo de massa foi um fracasso de propaganda é essencial entender o contexto político e econômico no qual foi lançado, bem como os custos e benefícios e o planejamento tático de movimentos populares, segundo a explicação da esquerda lucida, a que enxergava o governo do PT como igual a dos neoliberais. Ancorado pelo contexto político, social e econômico: A Copa do Mundo e as Olimpíadas no Brasil.

Segundo os analistas, o governo do PT foi um fracasso, pois foi caracterizado por um caloroso abraço no capitalismo de livre mercado, associado a programas populistas

de [alívio da] pobreza. Ajudado por investimentos externos em grande escala de capital especulativo, atraído por altas taxas de juro, e pelos altos preços das commodities para as suas exportações agrominerais.

Lula lançou um programa maciço de combate à pobreza, bolsa-família, proporcionando a inclusão de mais de 40 milhões de brasileiros pobres, os quais constituíram parte da base de massa eleitoral de Lula. O Partido dos Trabalhadores reduziu o desemprego, aumentou salários e apoiou empréstimos com juros baixos ao consumidor, estimulando um “boom do consumo” que proporcionou um crescimento da economia.

Publicaram dezenas de artigos com a crítica que o Brasil estava preste a tornar-se uma potência global, atraindo investidores internacionais e incorporando os pobres no mercado interno. Lula foi louvado pela *Wall Street* como um “esquerdista pragmático” e como um estadista brilhante pela direita! De acordo com esta visão destruidora (e em resposta a um amontoado de bajuladores presidenciais, de Norte a Sul). Para essa esquerdalha, a ascensão do Brasil foi baseada em fluxos de capital estrangeiro condicionados pelo diferencial (favorável) de taxas de juro. E quando as taxas mudam, o capital flui para fora. A dependência do Brasil da alta procura pelas suas exportações agrominerais baseou-se no prolongado crescimento econômico com dois dígitos na Ásia.

Para esses críticos, o “pragmatismo” do Partido dos Trabalhadores significou aceitar as estruturas políticas, administrativas e regulamentares herdadas do regime neoliberal anterior. Estas instituições eram permeadas por responsáveis corruptos ligados aos empreiteiros de construção notórios por derrapagens de custos e longos atrasos em contratos com o Estado.

Além disso, a máquina eleitoral do Partido dos Trabalhadores foi construída sobre comissões e subornos. Somas vastas foram desviadas dos serviços públicos para bolsos privados. Desvirtuado pela sua própria retórica, para esses iluminados, o que levou às massas as ruas foram o gasto de milhões de dólares para financiar os maciços projetos de construção: de estádios, hotéis, rodovias, aeroportos, e outras infraestruturas para acomodar uma prevista inundação de torcedores estrangeiros para a copa do Mundo e para as olimpíadas do Rio.

Para os críticos o estopim da crise política foi, o contraste entre a disponibilidade imediata de quantias maciças de fundos públicos para a Copa do Mundo e a falta constante de dinheiro para os serviços públicos essenciais (transporte, segurança, escolas, hospitais e clínicas) foi o fator, a provocação para a ação em massa nas ruas.

Diante dessa triste realidade qual seria a resposta para sair dessa crise?

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILE, P. (org.). **Pós-neoliberalismo I: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-23.

CROCETTI, Z. S. Crises, Brasil e o movimento da AGB. In: ENG., 14., 2006, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: AGB/São Paulo, 2006.

CROCETTI, Z. S. Geografia do neoliberalismo. In: ENSULGEO, 1., 2003, Curitiba. **Anais...** Curitiba: AGB/Curitiba, 2003.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz & Terra, 1976.

MAMIGONIAN, A. Marxismo e “Globalização”: as origens da Internacionalização Mundial. In: SOUZA, Álvaro José de et al. (org.). **Cidadania e globalização**. Bauru: Saraiva, 2000. p. 95-100.

_____. **Teorias sobre a industrialização brasileira**. Florianópolis: EDUFSC, 2000.

- _____. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. **Terra Livre**. São Paulo: n. 8, p. 157-162, jan/jun. 1991.
- MARX, K. **O Capital**, v. I, II e III. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- RANGEL, I. As crises gerais. **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 2, ed. 46, abr./jun. 1992.
- RANGEL, I. M. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 5-34, jan.-mar., 1981.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. et. al. (org.). **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 15-20.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996. 384 p.
- SWEEZY, P. M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.